

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaques: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: Anotações suspeitas](#) 3

O Estado de S. Paulo

[Título: Aliados criticam falta de mobilização do governo](#) 14

Valor Econômico

[Título: Governo trabalha em novo desenho para a área nuclear, afirma Moreira](#) 18

[Título: Estudos para capitalizar Eletrobrás serão mantidos](#) 20

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Rio ensaia repetir desperdício dos royalties 2

Título: Anotações suspeitas 3

Autor: Ramona ordonez 6

Título: MP quer impedir empréstimos garantidos por royalties futuros 6

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 8

Título: Tecsis caça negócios para viabilizar recuperação 8

Título: Indicações políticas na Eletrobrás travam privatização no Congresso 9

Título: Cargos em estatais dão poder político, status e voto 11

Título: Eletrobrás está envolvida em dois processos na Lava Jato	12
Título: Aliados criticam falta de mobilização do governo	14
Título: 'Planos para Eletrobrás continuam', diz Marun	15
Título: Brasil aceitou o jogo dos EUA no aço, diz ex-OMC	16
Título: Vale registra recorde de venda de minério em um 1º trimestre	17
VEÍCULO: Valor Econômico	18
Título: Governo trabalha em novo desenho para a área nuclear, afirma Moreira.....	18
Título: Carga de energia cresce com retomada econômica.....	20
Título: Estudos para capitalizar Eletrobrás serão mantidos.....	20
Título: Destaques	21
Título: Neoenergia faz oferta pela Eletropaulo.....	22
Título: Vale tem volume recorde de vendas no 1º trimestre	24
Título: Usiminas planeja nova reforma de alto-forno em MG	25

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Rio ensaia repetir desperdício dos royalties

As finanças do Rio de Janeiro já experimentaram o melhor de uma região produtora de petróleo, quando a cotação do barril no mundo ultrapassou os US\$ 100, e o pior, a partir do momento em que os preços desabaram e, junto, veio a receita dos royalties. A situação ficou ainda mais complicada porque o enxugamento desta receita coincidiu com a profunda recessão de 2015/16. Assim, o estado e vários municípios fluminenses padeceram duplamente: com a queda da arrecadação decorrente do mergulho do PIB e com o encolhimento dos royalties. Daí o Rio de Janeiro ter recorrido à ajuda da União, para sair do

atoleiro fiscal, resgate ainda em andamento. No inventário da crise está claro que bilhões da indenização pela exploração do petróleo e gás foram mal usados. No caso do estado, saíram beneficiadas categorias com força política (juízes, procuradores etc).

O Palácio Guanabara, assim, engatilhou uma armadilha para si mesmo, comprometendo recursos de fonte variável com despesas engessadas por lei. Como juízes e promotores conseguiam manter os salários em dia por força judicial, por meio de arrestos, o peso dos atrasos na folha de pagamento caiu por inteiro sobre a massa do funcionalismo. Mas o petróleo entrou em novo ciclo de alta, e a Petrobras voltou a elevar a produção, o que significa também mais royalties para os produtores de petróleo. Informou reportagem do GLOBO de domingo que o estado e prefeituras fluminenses mais que triplicarão a receita de royalties até 2030 — de R\$ 3,9 bilhões no ano passado chegarão a R\$ 12,53 bilhões.

O estado tem a oportunidade de viver um novo ciclo de bonança, e sem repetir os erros anteriores: gasto com obras de fachada, das quais o símbolo são as fontes luminosas do passado, inauguradas entre fanfarras pelos prefeitos ; ficando em segundo plano obras de infraestrutura, por exemplo, no saneamento, na educação e na saúde das populações. Maricá serve de ilustração: recebeu, no ano passado, R\$ 746,7 milhões em royalties e participações especiais (sobre a receita de poços de alta produção) e espera colocar no caixa, este ano, R\$ 1,1 bilhão. Mas apenas 4% da população têm tratamento de esgoto.

A reportagem revela que vários municípios pretendem criar fundos para administrar parte da receita do petróleo. O caminho é correto, como fazem grandes produtores mundiais de óleo e gás, recursos finitos. É preciso precaver-se diante do futuro. Mas se não houver planejamento, nada de relevante será feito. É necessário, ainda, fiscalização de tribunais de contas e Ministério Público, a fim de punir quem destinar dinheiro de royalties para custeio (salários, despesas com a máquina burocrática), o que é proibido por lei. Este é um tipo de impedimento, porém, que costuma ser driblado na Federação. O cenário é promissor no lado das receitas, mas o mesmo não acontece nas despesas. Tudo indica que a cultura da gastança de um dinheiro aparentemente fácil persiste. Será trágico repetir os mesmos erros em tão pouco tempo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Aguirre Talento E Bela Megale

Título: Anotações suspeitas

Textos no celular do lobista Milton Lyra indicam repasses a partidos e ao ministro Alexandre Baldy

-BRASÍLIA- Anotações encontradas pela Lava-Jato no celular do lobista Milton Lyra, preso na semana passada sob suspeita de irregularidades no fundo de pensão Postalís (dos funcionários dos Correios), indicam suspeitas de pagamentos ao ministro das Cidades, Alexandre Baldy (PP), repasses a partidos políticos e diversas referências a encontros com autoridades públicas e empresários, como uma agenda com **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco (PMDB)**. O material inédito, obtido com exclusividade pelo GLOBO, revela que o alcance da influência política do lobista vai muito além do PMDB, partido ao qual ele é normalmente associado. A documentação foi localizada em uma pasta do celular de Lyra que guardava anotações curtas de texto — rascunhos feitos por ele no dia a dia. Está sob análise dos investigadores da Lava- Jato na Procuradoria-Geral da República, que vão apurar se há outras provas que permitam confirmar as suspeitas iniciais que aparecem nas anotações.

O material é valioso para as investigações porque indica o tamanho e a potência de uma delação premiada do lobista. Nos arquivos do celular de Lyra há diversas referências a siglas e valores que ainda estão sendo destrinchadas pelos investigadores. Sobre partidos políticos, as anotações não deixam dúvidas de que o lobista registrava informações ligadas a repasses financeiros, embora não seja possível explicar a sua relação com tais transações financeiras somente por meio das mensagens obtidas no aparelho. “Imposto 20/” é o título do arquivo, que traz os seguintes números: “PMDB – 550; PT 550; PDT 550 – 50 = 500 e PP 500”. A data deste documento é de agosto de 2013. A Polícia Federal já havia encontrado indícios, na agenda física do lobista, de que ele atuou para obter doações da Engevix ao PMDB de Alagoas em 2014, ou seja, trabalhou como intermediário de repasses de uma empresa ao partido.

ATUAÇÃO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS

A referência mais explícita no celular é ao ministro das Cidades, Alexandre Baldy, com quem Lyra tinha relação próxima. Um registro do aparelho do lobista sugere a realização de seis repasses ao político. “Baldy. Conta corrente 6x 450”. O arquivo é de março de 2013. À época, Baldy era secretário de Indústria e Comércio do governo de Goiás, só se elegendo deputado federal no ano seguinte. O ministro também aparece em uma foto tomando vinho com Lyra na adega da casa do lobista. A imagem estava salva no celular dele, com data de 31 de janeiro de 2015. Ouvido pela reportagem, Baldy afirmou que tinha uma “boa relação” com o lobista e que esteve na sua casa “duas ou três vezes”. Disse que se conheciam porque seus filhos estudaram na mesma escola, mas negou ter feito qualquer transação financeira com Lyra. — Não tenho ideia. Nunca tive

nada com ele. Se (o dinheiro) foi pra mim, eu vou te falar que não chegou. Podia até ligar pra ele reclamando. Infelizmente ou felizmente, não chegou — disse o ministro.

Questionado pela reportagem, Baldy afirmou que não se considera amigo de Milton Lyra, apesar dos encontros que tiveram: — Olha, tinha uma boa relação, mas não me considerava amigo dele não. Minha filha estudava com a filha dele, mas não tinha amizade com ele não. Tínhamos uma relação de pais de alunos que estudavam juntos. Cheguei a ir a casa dele umas duas ou três vezes, mas acho que ele nunca frequentou a minha. O arquivo do celular do lobista mostra que sua atuação passava por vários setores da economia e órgãos da administração pública, como a Caixa Econômica Federal, Infraero, planos de saúde e energia. Lyra tinha relação próxima com a empreiteira Engevix e prestava serviços para ela, principalmente por causa da participação acionária que a empresa detinha na Inframerica, concessionária do aeroporto de Brasília — essa participação foi vendida em 2015. Uma das anotações aponta: “Engevix 500. 250. 250”, sem explicar qual seria o destino dos valores. Outro arquivo detalha o endereço de um dos executivos da empreiteira, Gerson Almada, para um possível encontro.

Almada atualmente está preso após condenação em segunda instância na Lava-Jato. Em outra anotação, Milton Lyra detalha um roteiro para obter uma liberação financeira da Caixa Econômica Federal e sugere que era necessário pressionar o então presidente do banco, Jorge Hereda, e o então ministro da Fazenda, Guido Mantega. “Pressão Hereda / Mantega”, escreveu. **O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, é outro personagem que aparece nos apontamentos do celular de Lyra. Em uma agenda com compromissos para a semana de 9 de fevereiro de 2015, ele cita nominalmente “Moreira Franco”, sem dar detalhes do assunto tratado. Até dezembro do ano anterior, o peemedebista havia comandado a Secretaria de Aviação Civil e acompanhou o processo de concessões aeroportuárias, assunto de interesse do lobista. Por meio de sua assessoria de imprensa, Moreira Franco afirmou “que conhece Milton Lyra, mas que nunca teve agenda oficial nem extraoficial com ele”.

Disse também que na época não ocupava cargo público, sendo apenas presidente da Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB. No material há ainda citações ao senador peemedebista Renan Calheiros, de quem Lyra era próximo. Os dois acabaram se afastando após se tornarem alvos da Lava-Jato. Uma anotação de abril de 2016, cujo título era “Amizade com Renan”, cita o nome da mulher do peemedebista, Verônica, e traz uma queixa em relação a ele: “Renan é conhecido por não ajudar os amigos”. Outras anotações trazem a sigla RC junto com valores financeiros — os investigadores querem saber se são referências a repasses ao senador. Por meio de sua assessoria, Renan afirmou “que nunca teve operador, que não tem absolutamente nada a ver com essa

anotação e que a ilação forçada quanto a seu nome é extremamente irresponsável”. Afirmou que se encontravam em eventos sociais, mas não tinham negócios.

ANOTAÇÕES SOBRE VACCARI E PALOCCI

O círculo de relações do lobista também incluía nomes da cúpula do PT, como o ex-tesoureiro João Vaccari Neto e o ex-ministro Antonio Palocci. Em agosto de 2012, Lyra anotou: “Marcar jantar com Vacari (sic)”. Em fevereiro do ano seguinte: “Pendência Palocci”. Em outubro: “Eletro. Palocci. 25% de reajuste. Amanhã sai novo edital”, uma referência à sua atuação no setor elétrico. Em abril de 2013, ele anotou em seu celular o telefone de André Vargas, ex-deputado pelo PT. Todos os três estão presos em decorrência das investigações da Lava-Jato. Como envolve políticos com foro privilegiado, o material do celular de Milton Lyra está sob análise dos investigadores da Procuradoria-Geral da República.

Atualmente, o lobista é alvo de um inquérito no Supremo Tribunal Federal sob suspeita de intermediar repasses ilícitos do fundo de pensão Postalís ao senador Renan Calheiros e a outros políticos. Lyra foi preso na quinta-feira da semana passada, por ordem do juiz Marcelo Bretas, da Justiça Federal do Rio, sob suspeita de atuar em fraudes no Postalís em conjunto com o empresário Arthur Pinheiro Machado. O lobista também é alvo de investigações na Justiça Federal em Brasília, sob suspeita de outras irregularidades em investimentos feitos pelo Postalís e, em um segundo caso, sob acusação de integrar o chamado “quadrilhão do PMDB” do Senado.

Procurado pela reportagem, o advogado de Lyra, Pierpaolo Bottini, afirmou que “a defesa ainda não teve acesso a tais informações, mas apresentará as explicações e esclarecimentos necessários tão logo obtenha a íntegra dos documentos”. A defesa também protocolou um pedido de habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 2ª Região pedindo a soltura do lobista, sob o argumento de que ele não mantém mais relações societárias com Arthur Machado nem participa mais das empresas que receberam recursos do Postalís.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona ordonez

Título: MP quer impedir empréstimos garantidos por royalties futuros

Ação pede suspensão de emissão de títulos do governo estadual

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro entrou na Justiça com uma ação civil pública contra o Estado do Rio para que sejam proibidas operações financeiras para captar recursos com garantia de receitas futura dos royalties do petróleo. Para o Ministério Público, esse tipo de operação, chamada de securitização, causa elevados prejuízos e aumenta ainda mais o rombo das finanças do Estado.

Em entrevista ao GLOBO, a promotora Karine Cuesta explicou que o objetivo da ação é tentar suspender a operação de securitização que o governo do Estado do Rio tem em andamento, que envolve a antecipação no mercado de receitas futuras dos royalties da ordem de R\$ 3,1 bilhões. Para a promotora, essa operação vai representar um prejuízo da ordem de R\$ 8,8 bilhões aos cofres do Estado nos próximos anos.

A ação foi ajuizada na última sexta-feira, no mesmo dia em que o governo estadual fechou a emissão de títulos no exterior de US\$ 600 milhões tendo royalties futuros como garantia, conforme antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim em seu blog. Foi a primeira etapa da operação total, com o objetivo de cobrir o rombo da previdência do Estado.

PREJUÍZO DE R\$ 10 BILHÕES

De acordo com a promotora, uma operação semelhante realizada em 2014 teria representado um prejuízo da ordem de R\$ 10 bilhões para a previdência estadual. Nessa operação, a antecipação de receita foi de cerca de R\$ 8,8 bilhões, mas representará um pagamento em torno de R\$ 19,3 bilhões. O Ministério Público estadual, junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), também se queixa de falta de transparência nas operações e pede à Justiça acesso a informações detalhadas das operações já realizadas. Em nota, afirmou que as operações de securitização "são permeadas de condutas irregulares e questionáveis"!

— Queremos sustar novas operações e que o governo apresente os documentos detalhando as operações já realizadas, mostrando que foram vantajosas — disse Karine. — Essa captação via securitização trará sérios prejuízos, aumentando o endividamento do Estado.

Se a Justiça conceder decisão favorável ao MP, o governo do Rio não poderá realizar novas operações de securitização envolvendo receitas dos royalties, ameaçando o atual plano de recuperação fiscal do Estado. Conforme O GLOBO publicou no domingo, o volume de royalties recebidos pelo Estado do Rio e pelas prefeituras fluminenses deve triplicar até 2030.

Alexandre Calmon, advogado do escritório Tauil & Chequer, explica que a antecipação das receitas dos royalties em operações financeiras é um alvo antigo de questionamento do Ministério Público. Para o advogado, a necessidade de antecipação desses recursos reflete a má gestão das contas públicas:

— Essas operações visam a cobrir o rombo nas contas, mas esses recursos vão faltar lá na frente. Quando se antecipa receita se está fazendo a coisa errada, porque significa falha na gestão do orçamento em algum momento. Se o Ministério Público for bem-sucedido em sua ação, vai ser mais um problema para o governo do Rio na sua gestão do caixa.

A ação foi levada à Justiça pelo Grupo de Atuação Especializada no Combate à Sonegação Fiscal e aos Ilícitos contra a Ordem Financeira, Tributária e Orçamentária do MP estadual. O governo do Rio informou que não conhece a ação e que a securitização foi autorizada pelo Regime de Recuperação Fiscal aprovado em 2017. A Procuradoria-Geral do Estado não quis comentar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Com Dayanne Sousa

Título: Tecsis caça negócios para viabilizar recuperação

Coluna do Broadcast

A Tecsis, que já foi uma das principais fabricantes de pás para geração de energia eólica e está parada há meses, busca novos contratos para retomar suas atividades em 2019, enquanto aguarda a homologação de seu plano de recuperação extrajudicial, negociado fora do ambiente judiciário. Uma das conversas acontece há cerca de quatro meses com a chinesa Envision Energy, fabricante de turbinas, para projetos na Argentina. No final de março, a Tecsis dispensou os funcionários de sua fábrica em Camaçari, na Bahia, única até então operante e aberta no início de 2016. O fechamento da unidade reacendeu reclamações de credores menores e que se opõem ao plano aprovado pelos credores maiores. Entre outras críticas, consideram que o plano não se sustenta, uma vez que a companhia está inoperante.

» Olé. A Tecsis, controlada pela Es-táter, boutique de investimentos, soma dividas totais de cerca de R\$ 1 bilhão. Seu maior credor é a General Eletric, que também era o maior cliente. No final de 2016, porém, a Tecsis entrou em situação de desequilíbrio com o cancelamento do contrato de fornecimento, na esteira da aquisição da Alstom, também cliente, e de um de seus concorrentes, a LM Wind Power, ambos pela GE. Entre os bancos, Itaú Unibanco, Santander

Brasil, Pine e BBM figuram com as maiores dívidas, nessa ordem. Procurada, a Estáter não comentou.

» Acertando contas. A Light busca algo em torno de US\$ 600 milhões na operação de captação externa que pretende fazer na próxima semana. A empresa anunciou uma série de apresentações com investidores no Reino Unido e nos Estados Unidos e pretende pré pagar uma dívida de curto prazo com o Banco do Brasil. Procurada, a Light disse que mais informações sobre a captação serão divulgadas durante esses encontros, que começam nesta quarta-feira, dia 18, e terminam na próxima terça-feira, dia 24.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth e Lu Aiko Otta - BRASÍLIA

Título: Indicações políticas na Eletrobrás travam privatização no Congresso

Embate. Venda da maior empresa de energia do País enfrenta resistência de parlamentares, que tentam manter a influência em subsidiárias locais da estatal; pelo menos 13 unidades do grupo têm executivos "apadrinhados" por deputados e senadores

A privatização da Eletrobrás, anunciada como a maior prioridade do presidente Michel Temer nesta reta final do mandato, enfrenta uma enorme resistência no Congresso Nacional, mesmo entre parlamentares da base aliada do governo. Embora quase nenhum político se declare abertamente contra a desestatização da empresa, vários apresentam restrições ao projeto, principalmente relacionadas às subsidiárias da estatal que atuam em suas regiões.

Maior empresa de energia do País, a Eletrobrás sempre atraiu o interesse da classe política. Os parlamentares usam seus apadrinhados para conceder favores que podem render votos, como obras em ritmo acelerado nos lugares em que estão seus eleitores ou patrocínio de eventos esportivos e culturais com recursos das estatais. Nos casos mais extremos, há os esquemas de corrupção e de financiamento irregular de campanhas, como os investigados pela Operação Lava Jato em Angra 3.

Levantamento feito pelo Estadão/Broadcast com fontes que acompanham as negociações no Congresso mostra que os partidos da base, especialmente o MDB, continuam a ter influência na escolha dos executivos das subsidiárias, mesmo após a entrada em vigor da Lei das Estais, criada para blindar as empresas públicas de indicações políticas. Em 13 das principais empresas do grupo, os dirigentes têm currículo e experiência na área, como exige a nova lei,

mas foram "apadrinhados" por deputados e senadores do MDB, DEM, PP, PSB, PSDB e PSD.

Privatizar a Eletrobrás significa mexer em uma estrutura gigante, com tentáculos que se estendem por todo o território nacional: são dezenas de subsidiárias nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia e um centro de pesquisas. A estatal também é dona de metade da usina de Itaipu, tem participações minoritárias em 25 sociedades e participação indireta em outras 178.

Além dos sindicatos de trabalhadores, os principais grupos contrários à privatização da Eletrobrás são os próprios parlacias nas subsidiárias locais. O senador Eduardo Braga (MDB-AM), ex-ministro de Minas e Energia, por exemplo, quer que as duas subsidiárias que atuam no Amazonas fiquem fora do processo de privatização. Segundo apurou a reportagem, ele indicou o presidente da Amazonas Geração e Transmissão, Wady Charone Jr. O executivo, que foi funcionário de carreira da Eletrobrás, confirma ter recebido apoio do senador para assumir o cargo. Braga nega.

A bancada mineira no Congresso, liderada por deputados do MDB, indicou o presidente de Furnas, Ricardo Medeiros. Coordenador do grupo de parlamentares de Minas Gerais, o deputado Fábio Ramalho (MDB-MG) diz que o padrinho de Medeiros é o deputado Rodrigo Pacheco (MDB-MG). Pacheco diz que a indicação é de toda a bancada.

Tanto Ramalho quanto Pacheco são contra a privatização da Eletrobrás e não acreditam que o projeto será aprovado na Câmara. "O governo não tem olhado Minas com o devido tamanho. Posso afirmar que não vejo chance de a privatização ser aprovada na Câmara. Isso não passa, pode escrever", afirmou Ramalho. "O governo federal quer fazer essa privatização de maneira equivocada", avaliou Pacheco.

A privatização se dará por meio do aumento do capital social da empresa, que oferecerá novas ações na bolsa e, com isso, a participação dos atuais acionistas será diluída. Hoje, a União tem 60% no capital total da Eletrobrás, incluindo BNDES e fundos de pensão.

Nos últimos cinco anos, a companhia acumula prejuízo de R\$ 28 bilhões. As perdas da estatal são atribuídas à crise econômica, à medida adotada pela ex-presidente Dilma Rousseff para conseguir baratear a conta de luz e às suspeitas de irregularidades em projetos em que estava envolvida. Além de Angra 3, também estão sob investigação empreendimentos como as usinas de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth e Lu Aiko Otta - BRASÍLIA****Título: Cargos em estatais dão poder político, status e voto**

Para especialistas, parlamentares são contrários à privatização da Eletrobrás porque querem manter influência em subsidiárias locais

Os mesmos parlamentares que terão de aprovar no Congresso o projeto de privatização da Eletrobrás têm motivos para serem contrários à venda da estatal, já que exercem influência nas subsidiárias locais da companhia, diz o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires. "No fundo, essas empresas já estão privatizadas há muito tempo pelos políticos e sindicatos. Eles têm usado e abusado dessas companhias ao longo de anos."

Para Pires, os parlamentares que questionam o modelo de venda da Eletrobrás, na verdade, buscam justificativas para adiar o processo. "É algo mais sutil, mas, no fundo, são argumentos sofisticados usados por quem é contrário." Cargos em estatais, diz ele, dão poder político, econômico, status e voto.

A influência política em estatais cria situações anacrônicas. De acordo com o ex-diretor da Aneel Edvaldo Alves de Santana, houve momentos em que a Celg-D deixou de pagar encargos setoriais e fornecedores, mas mantinha patrocínios esportivos e culturais. Nessa época, a distribuidora pertencia à Eletrobrás e ao governo goiano. No fim de 2016, a empresa foi vendida para a italiana Enel. "A influência política é uma das principais fontes de ineficiência do setor elétrico brasileiro", diz Santana, hoje presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace).

O presidente da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello, atuou por 18 anos no Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), vinculado à Eletrobrás. Segundo ele, os apadrinhados não necessariamente favorecem desvios, mas priorizam ações que valorizem o político. Um dos exemplos é a antecipação de obras sem urgência e que rendam votos. "São coisas pequenas, mas o somatório é ruim."

Outro lado. Em nota, a Eletrobrás informou que os presidentes de todas as subsidiárias da companhia foram substituídos desde que Wilson Ferreira Jr. assumiu a presidência da empresa, em julho de 2016, além de boa parte dos diretores e conselheiros. Segundo a empresa, todas as nomeações seguiram as normas da Lei das Estatais.

"Quanto aos atuais presidentes, todos têm origem no setor elétrico e muitos são empregados de carreira das empresas Eletrobrás", informou a empresa. "No que diz respeito às indicações políticas, há que se considerar que o acionista majoritário da Eletrobrás é a União. Em última instância, é ela, portanto, quem indica os dirigentes."

A reportagem consultou todos os deputados e senadores citados como padrinhos políticos. O deputado Sérgio Souza (MDB-PR) disse que a indicação do diretor de Itaipu foi de toda a bancada do partido no Paraná. O deputado Átila Lira (PSB-PI) disse que a indicação do executivo da Eletrobrás Distribuição Piauí foi da bancada estadual. Rodrigo Martins (PSB-PI) negou a indicação.

A Marinha, o senador Valdir Raupp (MDB-RO) e o deputado Marx Beltrão (PSD-AL) negaram ter indicado executivos para a Eletrobrás. Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Gladson Cameli (PP-AC), Omar Aziz (PSD-AM), Romero Jucá (MDB-RR), Dario Berger (MDB-SC) e o ex-senador José Sarney (MDB-AP) não responderam.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes e Denise Luna / Rio

Título: Eletrobrás está envolvida em dois processos na Lava Jato

Empresa também é alvo de ações coletivas nos EUA e está na mira do TCU por má gestão de recursos públicos

A Eletrobrás está duplamente na mira da Lava Jato. Pelo desvio de R\$ 48 milhões na construção da usina nuclear Angra 3, no Rio, o almirante Othon Luiz Pinheiro, ex-presidente da subsidiária Eletronuclear, foi condenado em 2015 a 43 anos de prisão, a segunda mais longínqua pena por corrupção, menor apenas do que a do ex-governador do Rio, Sérgio Cabral. Em março, em nova operação, a estatal foi citada por suspeitas de desvios na construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Nove mandados de busca e apreensão foram cumpridos na 49ª fase da Lava Jato, no Paraná e em São Paulo, no mês passado, pelo suposto pagamento de propina por empreiteiras interessadas nas obras da usina. O nome da operação, Buona Fortuna, foi escolhido em referência à consultoria do economista Delfim Neto, citado em delações. A suspeita é de que contratos fictícios de sua empresa encubram favorecimentos nas contratações da hidrelétrica. Seus advogados argumentam que Delfim está afastado do governo desde 2006 e não teria como participar de esquemas de corrupção.

Até hoje, quatro executivos da Eletronuclear foram condenados em desdobramentos da Lava Jato por fraudes em licitações, corrupção e lavagem de dinheiro. O condenado mais ilustre é o físico Othon Pinheiro, até então apenas conhecido por ter inserido o Brasil no mapa dos raros países que dominam o uso da tecnologia nuclear para a produção de energia. Com 78 anos e em tratamento de câncer de pele, o almirante cumpre prisão domiciliar. A defesa de Pinheiro não se posicionou.

Delfim Neto afirmou ao Estado que organizou o consórcio competidor por Belo Monte porque, caso contrário, não haveria competição. "O leilão foi disputado e o consórcio organizado venceu. Aí terminou minha função. Eu tinha direito à remuneração nos honorários, que foram confundidos com problemas políticos", disse.

A Eletrobrás informou que é "assistente de acusação contra os réus nos processos criminais". Disse que "revisou contratos específicos em que as investigações identificaram possíveis irregularidades", e alguns deles foram suspensos.

Ação coletiva. Nos EUA, é alvo de duas ações coletivas movidas por detentores de ações. "O processo encontra-se em fase de instrução e até meados de 2018 a companhia estima que deverá haver uma decisão acerca das ações", informou.

A Eletrobrás ainda investiga internamente o tamanho do estrago da corrupção em suas contas. Em demonstrações financeiras trimestrais de 2015 e 2016 registrou baixa contábil de R\$ 7,4 bilhões relativas à Angra 3, mas não por corrupção. A empresa alega que a revisão do orçamento da obra em razão do atraso do início da operação (que ficou para 2022) gerou desvalorização do ativo de R\$ 2,4 bilhões, além dos R\$ 5 bilhões de baixa que haviam sido reconhecidos e de mais R\$ 1,7 bilhão provisionado como contrato oneroso. O rombo total estimado é de R\$ 9,1 bilhões.

A empresa está ainda na mira do Tribunal de Contas da União (TCU) que, em acórdão de 2011, destacou "a má gestão dos recursos públicos aplicados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs)". No documento, foi ressaltada "a falta de transparência na gestão de tais recursos".

Nas SPEs duas ou mais empresas unem investimentos e tecnologia em torno de uma nova personalidade jurídica para desenvolver negócios específicos. Essas companhias têm características e obrigações próprias, independente dos sócios. O TCU mantém investigação em andamento, sob sigilo, envolvendo as SPEs da Eletrobrás. Outras duas já foram objeto de acórdão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth e Daiene Cardoso / Brasília****Título: Aliados criticam falta de mobilização do governo**

Parlamentares dizem que articulações regionais para corrida eleitoral e falta de empenho do presidente da Câmara atrasam venda da Eletrobrás

Deputados da base aliada que fazem parte da comissão especial que analisa o projeto de privatização da Eletrobrás admitem que não há mobilização do governo em favor da tramitação rápida do projeto. Incomodado com a letargia do Palácio do Planalto, o relator José Carlos Aleluia (DEM-BA) já teria até ameaçado abandonar o posto em protesto ao desinteresse do Executivo, segundo apurou a reportagem. Ele nega.

Os parlamentares culpam as articulações regionais para corrida eleitoral, o período de vigência da janela que permitiu a troca de partidos ao longo do mês de março e até mesmo a falta de empenho do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Eles reclamam que a pré-candidatura de Maia à Presidência da República teria tirado o foco do comando da Casa.

O presidente da comissão, deputado Hugo Motta (MDB-PB), defende Maia. Para ele, o pouco que o projeto de lei andou na Casa ocorreu por interferência do presidente da Câmara. "Não houve participação do governo nesse movimento. O Palácio do Planalto continua inerte", disse.

Maia disse que, se a obstrução da oposição for mantida, pode levar o projeto direto para votação no plenário. Ele acusou o governo de não atuar em favor da proposta. "Infelizmente, só o deputado Darcísio Perondi (MDB-RS) aparece para defender o governo na comissão."

O presidente da Câmara disse ainda que a nomeação de **Moreira Franco para o Ministério de Minas e Energia** poderia atrapalhar ainda mais a tramitação da proposta na Casa, devido à falta de articulação política do ministro. Ao Estadão/Broadcast, Moreira Franco disse contar com a ajuda de Maia na Casa. "Tenho certeza de que Maia vai ajudar, com o pouco trânsito que eu tenho na Câmara, para que possamos aprovar esse projeto. Falo isso com sinceridade."

Nesta semana, a comissão conseguiu aprovar os primeiros requerimentos depois de um mês em funcionamento, com o convite ao presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr. Ele deve comparecer à comissão hoje. Aleluia pretende apresentar o relatório do projeto de lei no início de maio. "O projeto estava órfão, mas agora o governo sinaliza o desejo de caminhar", disse. Mas,

segundo ele, a comissão ainda tem "três a favor, dois contra e a maioria ausente", o que impede o debate.

Eleição. Um ex-ministro de Temer disse que as condições políticas do governo são "fracas" para aprovar o projeto em ano eleitoral. "A Câmara não quer votar coisa muito polêmica", disse o ex-auxiliar do presidente, sob a condição de anonimato.

Enquanto a base não se entende, a oposição, mesmo em minoria, atua com destreza na comissão. O deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) lidera os deputados contrários à privatização da Eletrobrás. Para ele, o setor de energia é estratégico, e a desestatização da companhia vai conceder ativos e águas para empresas estrangeiras, principalmente chinesas. "Nos leilões, quando há participação de estatais, a tarifa cai. Estatais bem gerenciadas fazem investimentos não apenas para ter lucro, mas para reduzir desigualdades regionais. Empresas privatizadas visam apenas o lucro", afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Eduardo Rodrigues /Brasília

Título: 'Planos para Eletrobrás continuam', diz Marun

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, afirmou ontem, após reunião com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, que o governo mantém a disposição em editar um decreto ou "outro dispositivo" para permitir a continuação de análises e estudos técnicos para a privatização da Eletrobrás, mas que a decisão final sobre a operação cabe ao Congresso.

"O decreto deixará claro que a capitalização só irá ocorrer após autorização pelo parlamento, mas acreditamos ser necessário para a continuidade das análises e estudos. Não vamos ultrapassar o Congresso", afirmou.

Sem prazo. O ministro não deu um prazo para a publicação deste texto. Na semana passada, o governo chegou a anunciar que um decreto seria editado pelo presidente Michel Temer, mas a medida acabou não saindo. "Estamos atentos e dedicados à questão da Eletrobrás. A capitalização é necessária, mas faremos com o apoio do Congresso", afirmou.

Questionado se haveria a necessidade de mudar a composição da comissão especial na Câmara que analisa o projeto de lei da privatização da empresa, Marun disse acreditar que isso não será necessário e enfatizou que esse tema não foi tratado na reunião com Guardia. Marun disse que haverá reunião no

Tribunal de Contas da União (TCU) para discutir o leilão das que são controladas pela Eletrobrás e que devem ir a leilão antes da capitalização da empresa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mateus Fagundes

Título: Brasil aceitou o jogo dos EUA no aço, diz ex-OMC

O ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) Pascal Lamy afirmou que o Brasil "aceitou o jogo dos Estados Unidos" em relação ao aço, o que é "natural" em processos como esses. "É uma negociação e o Brasil aceitou o jogo de forma voluntária."

Na semana passada, autoridades dos EUA indicaram ao Brasil que adotarão sistema de cotas para a entrada de aço importado sem restrição tarifária. A sinalização foi dada pelo secretário de comércio dos EUA, Wilbur Ross, em reunião com o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira.

Em março, Washington impôs barreiras comerciais contra produtos siderúrgicos, mas voltou atrás em relação a alguns países, como o Brasil, que terão até o fim do mês para acertar novo modelo de comércio do aço com os EUA.

Lamy avalia que o risco de guerra comercial entre EUA e China existe, porém é limitado muito mais por causa da postura "racional" de Pequim que da forma como Washington conduz a política externa.

"Há forças dentro da economia dos EUA que veem uma guerra comercial como danosa para a economia americana. A segunda razão é porque os chineses são extremamente racionais e eles têm se comportado na direção de não haver uma escalada de tensões", afirmou Lamy, em coletiva de imprensa ontem em São Paulo.

Ele acredita que a postura do presidente da China, Xi Jin-ping, de prometer maior abertura à economia global vem no sentido de tentar conter o ímpeto de Donald Trump. "Ainda não é possível saber o que Trump está buscando - se são vantagens comerciais específicas para os EUA ou se quer im-plodir a OMC, para voltar ao antigo modelo de negociações comerciais bilaterais."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Luana Pavani E Renata Batista****Título: Vale registra recorde de venda de minério em um 1º trimestre**

Produção, no entanto, registrou queda; empresa atribuiu o resultado à decisão de focar em produtos "premium"

A produção global de minério de ferro da Vale caiu 4,9% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado e 12,2% na comparação com os três últimos meses de 2017. No período, a companhia registrou, porém, recorde de vendas de minério em um primeiro trimestre, de acordo com o relatório de produção divulgado ontem pela companhia. As transações envolveram 84,3 milhões de toneladas de minério e pelotas, 8,3% acima do mesmo período no ano passado.

A empresa atribuiu o resultado à decisão de reduzir a produção de minério de baixa qualidade e focar em produtos "premium", e não apenas em volume. A estratégia, porém, ainda não se reflete no preço das ações. Ontem, os papéis da Vale caíram 0,98%, puxados pela queda da cotação do minério de ferro na China.

No relatório, a Vale informou que priorizou a produção no Sistema Norte (Carajás e S11D), que tem maior teor de ferro. Enquanto a produção global de minério diminuiu 4,9% na comparação com o mesmo período do ano passado, nas unidades do norte avançou 12,9%. Já a produção de pelotas, que caiu 0,9% ante dezembro, aumentou 2,9% sobre o primeiro trimestre de 2017.

Para isso, a Vale adiou paradas técnicas e retomou, em janeiro, as atividades da usina de pelletização Tubarão II. A empresa espera retomar a produção nas unidades de pelletização de Tubarão I e São Luís no terceiro trimestre. As três unidades estavam suspensas desde 2012.

Além disso, segundo relatório 20F, divulgado na sexta-feira, a empresa intensificou a promoção do Brazilian Blend Fines (BRBF), um produto com maior concentração de minério e baixo teor de sílica, para o qual implantou uma infraestrutura logística de produção e distribuição na Ásia.

Mesmo assim, segundo analistas, a forte correlação da empresa com a cotação do minério, principalmente na China, tem mantido a Vale fora das recomendações de compra, pois não indica perspectivas de ganhos adicionais. Além disso, a demanda chinesa pode ser afetada pelas recentes barreiras impostas pelo presidente americano para o setor de siderurgia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Andrea Jubé, Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: Governo trabalha em novo desenho para a área nuclear, afirma Moreira**

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, quer um novo desenho para a área nuclear do governo. Ele está convencido de que hoje existe uma sobreposição de estruturas. São muitos órgãos e autarquias, espalhados por vários ministérios diferentes, com funções parecidas e duplicidade de gastos: Eletronuclear, Nuclep, Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e estruturas subordinadas ao Comando da Marinha.

"É irracional", disse Moreira, em entrevista ao **Valor**. "Você tem diversas empresas do governo, uma vendendo para outra, pagando impostos, produzindo, o que é um negócio despropositado", completou o ministro. "Hoje uma parte está aqui [em Minas e Energia], outra na Ciência e Tecnologia, outra na Marinha. Tudo isso tem que estar num canto só."

Além da Eletronuclear, que opera as usinas do complexo de Angra dos Reis (RJ), a Nuclep projeta e fabrica bens de capital no setor. A INB se dedica à mineração, ao enriquecimento do urânio e à montagem do combustível que abastece os reatores. Já a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) pesquisa a aplicação de técnicas nucleares e regula o uso da energia no país. Enquanto isso, a Marinha tem um programa nuclear próprio, com o desenvolvimento do submarino de propulsão atômica como auge.

Esse redesenho mencionado pelo ministro está a cargo de um grupo recém-criado, sob coordenação do general Sérgio Etchegoyen, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Moreira também pediu o envolvimento do presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr, nos trabalhos. A intenção é fazer a reestruturação ainda neste ano, aproveitando que a Eletronuclear precisará ser segregada da Eletrobrás antes de sua privatização, por causa do monopólio constitucional dado à União para a geração de energia nuclear.

Moreira tem pela frente, nos próximos meses, outros desafios para resolver no setor. Um deles é a tarifa da usina nuclear de Angra 3, que está paralisada desde 2015, com 63% de suas obras executadas. Para que a Eletronuclear possa ser separada da holding, ela não pode estar com prejuízo contábil. E só sai do prejuízo com uma atualização da tarifa para patamares compatíveis com os padrões internacionais. Hoje o valor do megawatt-hora está em cerca de R\$ 240. A média global é praticamente o dobro disso.

Outra possibilidade de sanear as contas da Eletronuclear está em uma emenda que o relator da MP 814, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), pretende incluir no texto original da medida provisória em tramitação no Congresso. Pela emenda, as receitas obtidas pela usina binacional de Itaipu deixariam de entrar no caixa da Eletrobrás e passariam à Eletronuclear.

Hoje à tarde, Moreira participa de sua primeira reunião com o grupo interministerial que discute a revisão do contrato pelo qual o governo cedeu à Petrobras o direito de explorar cinco bilhões de barris no pré-sal. Dessa vez, os ministros - Eduardo Guardia (Fazenda) e Esteves Colnago (Planejamento) - vão participar, além do presidente da estatal, Pedro Parente. É um sinal do esforço para viabilizar um megaleilão com os excedentes da chamada cessão onerosa.

Moreira evita, no entanto, criar expectativas no plural. "Prioridade é uma palavra no singular", diz o ministro, dando ênfase total na privatização da Eletrobrás.

De acordo com ele, o presidente Michel Temer conversou no fim de semana com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para desfazer um mal entendido sobre o decreto que inclui a estatal no Programa Nacional de Desestatização (PND). "Estavam achando [os parlamentares] que queríamos fazer uma esperteza", comentou o ministro, lembrando que o único objetivo do ato era liberar a contratação de estudos.

Questionado se o decreto presidencial sairia finalmente nesta semana, Moreira adotou um tom menos taxativo do que dias atrás: "Espero que sim". Ele preferiu não opinar sobre o calendário da capitalização e nem sobre estimativas de valores. "Os estudos servem exatamente para isso."

No início do ano, enquanto esteve à frente da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira manifestou preocupação com a eficiência da regulação de preços dos combustíveis a partir da entrada em vigor da nova política de preços da Petrobras nas refinarias.

Naquela ocasião, o ministro dizia que as reduções oferecidas talvez não estivessem chegando às bombas de combustíveis. Entre as possibilidades levantadas estava a prática de cartel. Agora, Moreira afirmou que continuam as interações com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), mas com suspeitas menores sobre a questão concorrencial. Para ele, o maior problema está nos tributos federais e estaduais. "Sobre bem essencial, há uma presença excessiva [da tributação] dos Estados e da União. Passa por uma taxaço muito violenta."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio**Título:** Carga de energia cresce com retomada econômica

A carga de energia (consumo mais perdas) no Sistema Interligado Nacional (SIN) totalizou 70.414 megawatts (MW) médios em março, com alta de 2% em relação a igual período de 2017, de acordo com dados divulgados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em relação a fevereiro deste ano, o resultado foi um aumento de 2,7% da carga. No acumulado dos últimos 12 meses terminados em março, a carga cresceu 0,6% ante igual período anterior.

"O comportamento da carga de energia é afetado diretamente pelo desempenho da economia, que vem mantendo uma trajetória de recuperação, ainda que modesta", explicou o ONS, no boletim de carga mensal de março.

Considerando a carga ajustada - que exclui fatores fortuitos, não econômicos e o efeito "calendário" - o crescimento do consumo em março foi de 1,2% em relação a igual período do ano anterior.

Com relação ao subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o maior do país em consumo de energia, a carga verificada em março cresceu 3,1% ante igual período do ano anterior, totalizando 41.793 MW médios. Segundo o operador, o resultado se deve à melhora de alguns indicadores da economia e à ocorrência de temperaturas superiores às de março do ano passado.

Na região Sul, a carga registrou ligeiro aumento, de 0,7%, na mesma comparação, alcançando 12.091 MW médios em março deste ano. No Nordeste, a carga apresentou queda de 0,8%, totalizando 10.899 MW médios no terceiro mês de 2018. A queda da carga no Nordeste, explicou o ONS, foi motivada pela redução temporária do consumo de um consumidor industrial da região.

No Norte, a carga em março foi de 5.632 MW médios, com alta de 2,4% em comparação com igual período de 2017. O desempenho favorável deve-se ao comportamento de consumo de grandes indústrias da região, que respondem por 30% da carga do subsistema Norte.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:** Cristiane Bonfanti | De Brasília**Título:** Estudos para capitalizar Eletrobrás serão mantidos

Depois da polêmica envolvendo o decreto que incluirá a Eletrobrás no Plano Nacional de Desestatização (PND), o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, disse ontem que o governo elaborará "um dispositivo" para deixar claro que contratará os estudos para a capitalização da Eletrobrás.

Segundo Marun, não há qualquer tentativa de suplantar ou ultrapassar a posição do Congresso Nacional a respeito do assunto e que esse processo só será iniciado com o aval do Legislativo.

"Falamos sobre a Eletrobrás, para que seja elaborado algum tipo de dispositivo - decreto ou algo semelhante - que deixe claro que o objetivo é a continuação das avaliações e dos estudos visando à capitalização da Eletrobrás e não qualquer tentativa de, digamos, suplantar ultrapassarmos a posição do congresso nacional a respeito do assunto", disse ele, depois de reunião com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, na sede do ministério. "Queremos capitalizar a Eletrobrás. Isso é absolutamente necessário, mas vamos fazer isso com o apoio do Congresso", disse.

Na semana passada, o governo abriu uma polêmica com o Congresso depois de **o novo ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, afirmar que publicaria um decreto incluindo a Eletrobrás no PND. As afirmações de Moreira causaram reação entre parlamentares - inclusive do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia - e o documento não foi publicado.

Os parlamentares esperavam uma medida provisória que serviria apenas para contratar os serviços jurídicos que embasariam a diluição do capital da empresa, mas sem iniciar a venda de ações, o que ocorreria após o Congresso discutir o assunto por projeto de lei. Marun afirmou que a expectativa é que a capitalização da Eletrobrás ocorra no primeiro semestre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério em baixa

Os preços do minério de ferro tiveram queda de 1,6% no mercado à vista da China ontem, chegando a US\$ 63,93 a tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin". A referência é o produto com teor médio de 62% de ferro entregue no porto de Qingdao. Em abril até ontem, o insumo sofre desvalorização também de 1,6%. Em 2018 como um todo, cai 12%. A cotação média inicia o segundo

trimestre enfraquecida. O nível atingiu US\$ 64,33, 13,5% a menos do que nos primeiros três meses do ano. Em comparação anual, há alta de 2,1%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Neoenergia faz oferta pela Eletropaulo

A espanhola Neoenergia, controlada pela Iberdrola, conseguiu uma vantagem significativa na acirrada disputa pelo controle da Eletropaulo, ao fechar um acordo para ancorar uma oferta primária de ações de no mínimo R\$ 1,5 bilhão preparada pela distribuidora paulista. O preço acertado por ação, de R\$ 25,51, representa prêmio de 16% em relação ao fechamento de ontem, de R\$ 22, e levaria o valor total da companhia no mercado a R\$ 5,7 bilhões.

Com o acordo, a Neoenergia deixou para trás as concorrentes Enel e Energisa, que já chegaram a colocar propostas na mesa, mas em valores inferiores. A italiana Enel propôs ancorar a oferta primária pagando cerca de R\$ 19 por ação da companhia. Já a Energisa lançou, no início do mês, uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) pela distribuidora, por R\$ 19,38.

Um fato relevante com essas informações, conforme apurou o **Valor**, deve ser divulgado hoje ao mercado pela Eletropaulo.

Além do preço mais atrativo, as condições impostas pela Neoenergia também foram bem-recebidas pela Eletropaulo, segundo fontes com conhecimento da situação. Diferentemente da proposta da Energisa, que tinha limitações relacionadas ao endividamento da companhia, por exemplo, a Neoenergia não impôs tais limitações.

A Eletropaulo vai utilizar os recursos para fortalecer sua estrutura de capital, melhorar o perfil de endividamento, além de investir em melhorias operacionais, que já constam em seu plano de investimentos e reestruturação que está sendo implementado. No cronograma previsto pela distribuidora, a precificação da oferta deve acontecer até 27 de abril.

Ao ancorar a OPA, a Neoenergia vai se comprometer a levar 100% das ações que serão emitidas, caso o procedimento de coleta de informações de investimento (bookbuilding) não chegue ao valor previsto. Se ficar no preço, a espanhola poderá levar até 80% das ações colocadas no mercado, depois que os atuais acionistas exercerem - ou não - o direito de preferência de subscrição na oferta. Se a demanda puxar os preços para cima, a Eletropaulo poderá levantar mais do que o R\$ 1,5 bilhão previsto.

A intenção da Neoenergia, segundo o **Valor** apurou, é de superar o percentual de 30% das ações da Eletropaulo, o que a obrigaria a lançar uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) ao mesmo preço pago na emissão primária, de acordo com as regras do estatuto da distribuidora de energia.

Se a Neoenergia comprar as 58,8 milhões de ações ordinárias (ON) que serão emitidas na operação, ao preço de R\$ 25,1, atingirá 26% do capital da companhia, já considerando a diluição dos atuais sócios.

Outra forma de superar os 30% seria adquirindo as ações da AES. Hoje, a companhia americana, que compartilhava controle da distribuidora com o BNDES até a sua migração para o Novo Mercado da B3, em novembro do ano passado, tem 16,83% das ações da empresa. O banco tem outros 18,73% do capital. A AES pretende sair da distribuidora por meio da OPA.

Com a emissão de R\$ 1,5 bilhão em novas ações, a participação da AES vai para 12,4%, ou R\$ 718,8 milhões ao preço oferecido pela Neoenergia, e o BNDES chega a 13,8%, ou R\$ 799,7 milhões.

Apenas neste ano, as ações da Eletropaulo já acumulam valorização de 34,5%, refletindo, além da expectativa de uma "guerra de ofertas" para aquisição da companhia, a conclusão de um acordo que encerrou uma disputa judicial com a Eletrobrás que já se arrastava há 30 anos. A distribuidora concordou em pagar R\$ 1,5 bilhão no acordo, montante inferior ao previsto pela estatal em seu balanço, próximo de R\$ 3 bilhões, o que foi bem recebido por investidores por "destravar valor" da companhia.

Mas o grande evento que impulsionou a alta das ações da concessionária foi a oferta da Energisa. Desde que a OPA pela companhia foi lançada, em 5 de abril, as ações já valorizaram 23,2%.

Investidores esperam que OPAs concorrentes sejam lançadas agora, mas restam poucos na disputa, em razão do valor elevado que precisaria ser desembolsado. Pelas regras do mercado de capitais, as novas ofertas precisariam ter um valor por ação no mínimo 5% superior que a operação já lançada. No caso do preço da Neoenergia, concorrentes precisariam pagar R\$ 26,78 por ação, levando o valor de mercado da companhia, depois da oferta primária, a R\$ 6 bilhões.

Ao preço de fechamento das ações de hoje, o valor de mercado da Eletropaulo é de R\$ 3,7 bilhões.

Em seu favor na disputa, a Neoenergia tem os potenciais ganhos com sinergias com a Elektro, concessionária que atende 223 municípios no interior de São Paulo e cinco do Mato Grosso do Sul, totalizando 2,5 milhões de clientes. Além da distribuidora, que foi incorporada em uma reorganização das atividades da

Iberdrola no Brasil, a companhia tem as concessionárias Cosern (Rio Grande do Norte), Coelba (Bahia) e Celpe (Pernambuco).

A Eletropaulo, que tem a maior área de concessão de distribuição da América Latina, consolidaria a Neoenergia como maior distribuidora do Brasil em termos de número de clientes e volume de energia distribuída.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas | Do Rio

Título: Vale tem volume recorde de vendas no 1º trimestre

O volume recorde de vendas de minério de ferro e pelotas registrado pela Vale no primeiro trimestre do ano confirmou o bom momento da companhia. As vendas no negócio de ferrosos atingiram 84,3 milhões de toneladas, o melhor resultado para um primeiro trimestre, superando previsões de mercado. A produção de minério de ferro, por sua vez, caiu 5% em relação ao primeiro trimestre do ano passado, situando-se em 82 milhões de toneladas entre janeiro e março de 2018, como resultado de uma estratégia deliberada da empresa.

Em relatório, a Vale afirmou que a queda na produção foi motivada por dois fatores: as chuvas mais intensas do período e, sobretudo, a decisão tomada ano passado de reduzir os volumes de extração de minério de ferro de baixa qualidade. A empresa afirmou que essa estratégia reforça a sua posição como produtor "premium" (de minério com maior teor de ferro), o que resulta em maior realização de preços e na melhor margem desde o primeiro trimestre de 2017.

O Bradesco BBI disse em relatório que o preço de realização preliminar no negócio de minério ficou em US\$ 74,4 por tonelada, levemente acima da previsão do banco. A instituição avaliou como "sólidos" os resultados operacionais de produção para o segmento de ferrosos divulgados ontem.

Um dos destaques do primeiro trimestre foi o crescimento na produção do S11D, empreendimento que entrou em operação no fim de 2016 no Pará, agregando minério de alto de ferro ao mix de produção da empresa. No total, a produção de minério de ferro no sistema Norte da Vale atingiu 40,6 milhões de toneladas no primeiro trimestre, alta de 12,9% sobre igual período de 2017. Em compensação, houve queda de 21,1% e de 13,8% nos sistemas Sudeste e Sul, respectivamente, em Minas Gerais.

A corretora Itaú BBA previu que a Vale deve apresentar "sólidos" resultados quando a companhia divulgar o balanço financeiro do primeiro trimestre dia 25 deste mês. Para a corretora, os bons preços do minério de ferro devem compensar de forma parcial menores embarques da própria commodity, pelotas, carvão, níquel e cobre. Para a corretora, os preços realizados pela Vale no primeiro trimestre devem ser positivamente impactados por dois fatores: maiores preços médios no mercado à vista e prêmios mais altos para o produto de maior qualidade.

Ontem, no relatório de produção, a Vale mostrou gráfico que evidencia os prêmios pagos aos minérios de mais alta qualidade, aqueles com teor de ferro entre 62% e 65% por tonelada. Esse tipo de produto tem prêmio que se situa em US\$ 17 por tonelada, enquanto os minérios mais pobres, com teor entre 58% e 62%, são descontados em US\$ 27 por tonelada. A produção de minérios mais ricos ajuda as siderúrgicas a aumentar a produtividade e contribui para reduzir a poluição.

No relatório, a Vale informou que o seu mix de vendas recebeu o impacto positivo do "ascendente" prêmio de mercado. O prêmio médio FOB realizado pela empresa ficou em US\$ 5,2 por tonelada no primeiro trimestre, bem acima dos US\$ 2,3 por tonelada de igual período do ano passado. A Vale reafirmou a sua meta de produção de minério de ferro para 2018, na faixa dos 390 milhões de toneladas.

No níquel, a produção da Vale totalizou 58,6 mil toneladas, com queda de quase 18% em relação a igual período de 2017. O resultado está dentro da lógica de colocar as minas menos competitivas em manutenção no Canadá.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Usiminas planeja nova reforma de alto-forno em MG

A Usiminas reinaugura hoje o alto-forno 1 de Ipatinga (MG), mas já discute o que fazer com o alto-forno 3 da unidade. A companhia começou a planejar o modelo de reforma do equipamento - que produz ferro-gusa com minério de ferro e carvão metalúrgico -, mas ainda não há consenso no alto escalão.

O alto-forno é o maior do grupo, com capacidade de 2,4 milhões de toneladas por ano, mas muitas vezes chegou a funcionar acima desse patamar. Atualmente, no entanto, tem de operar próximo a 80% de utilização para não forçar o equipamento, disse uma fonte ligada à empresa.

São três as opções: reformar totalmente o forno, algo que não ocorre desde 1999; fazer o que os siderúrgicos chamam de "meia-sola", um reparo para estender a vida útil por mais alguns anos; ou segurar ao máximo esse processo, valendo-se da compra de placas de terceiros, em vez de fabricar as próprias. Há defensores das três alternativas na diretoria.

Em sua última passagem no comando executivo da companhia mineira, Rômulo de Souza, destituído do cargo em março de 2017, havia montado um grupo de acompanhamento para o alto-forno 3, já no limite de seu funcionamento. Em visita à usina na época, o **Valor** coletou impressões do nível gerencial da unidade e havia um consenso de que era necessária uma reforma.

Essa "campanha" atual do forno, como é chamada a vida útil até uma grande reforma, teria se encerrado oficialmente em 2014. Em geral, a Usiminas mantém uma média de 15 a 18 anos de funcionamento desses aparelhos antes de uma mudança estrutural. A expectativa inicial era de que entre 2022 e 2023 o reparo já teria sido finalizado.

A Usiminas ainda consegue seguir esse cronograma do passado, se decidir por essa opção. Segundo uma fonte com conhecimento da empresa, o processo levaria cerca de três anos, do planejamento à conclusão do reparo. O problema é o custo: poderia atingir até R\$ 1 bilhão, enquanto a reforma do alto-forno 1, que reestrea amanhã, demandou menos de R\$ 100 milhões.

Caso decidisse pela "meia-sola", ou algo semelhante, que estendesse a vida útil do forno, a siderúrgica teria de gastar de R\$ 400 milhões a R\$ 500 milhões.

Procurada, a Usiminas disse que a única paralisação oficial está programada para agosto, quando vai instalar novas placas de resfriamento no forno, mas também que "avaliações sobre investimentos futuros são ações rotineiras do negócio".

A estratégia em torno do alto-forno depende da recuperação do mercado. Quando a "campanha" estava no fim, a demanda brasileira por aço estava em queda livre, o que levou ao desligamento do forno 1. Agora, o cenário é positivo e em 2018 provavelmente será registrado o segundo ano consecutivo de crescimento.

Segundo o Instituto Aço Brasil, após três anos em baixa, o consumo aparente - vendas internas mais importações - de aços planos subiu 11%, para 11,4 milhões de toneladas, em 2017. A expectativa, em geral, é que a demanda para o segmento tenha alta de pelo menos 7% durante 2018.

Também há uma diferença de visão de longo prazo. Parte do alto escalão deseja manter a empresa integrada ao máximo, afirmam fontes. Por outro lado, há o argumento de contenção de custos que o uso de placas pode trazer.

"Há várias abordagens possíveis. Entre elas, uma reforma leve e até aumento de capacidade", diz uma pessoa por dentro das tratativas. "Controlando toda a cadeia produtiva, é possível checar a qualidade em cada passo. É nosso diferencial. Mas se contratar em laminação exige uma matéria-prima [placa] de alta qualidade. Até agora só compramos placas de qualidade."

MME / ASCOM .